



**Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.**

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social**

## **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ESFERA ESTATAL E NA ESFERA PRIVADA: LIMITES E DESAFIOS**

**LÍDIA MARIA DE SOUZA PORTO<sup>1</sup>  
PRISCILA SILVA LEITE<sup>2</sup>**

**Resumo:** O trabalho proposto pelas autoras emerge de experiências profissionais vivenciadas, cada uma em determinada esfera de prestação de serviços da política de Assistência Social: estatal e privada. A partir de relatos, serão apontados os desafios encontrados no cotidiano para o exercício profissional de qualidade, que vão desde a falta de recursos materiais até o excessivo moralismo. A questão norteadora consiste em entender a raiz desta realidade: a não priorização por parte do Estado no cuidado com esta política. Indo mais fundo: essas barreiras são reflexos da não priorização do Estado no trato com as expressões da “questão social”.

**Palavras-chave:** Estado; Assistência Social; Serviço Social; esfera estatal; esfera privada.

**Abstract:** The proposed work by authors comes from the professional experience alived by themselves, each one in its specific work space of the Social Assitance policy: state-owned and private. From reports it will be exposed the daily challenge for a professional quality performance, that goes from lack of material resources to the excessive moralism. The central question is understanding the foundation of this reality: The lack of the state-owned priority with this policy. Furthermore, this problems are caused due to state-owned neglect in relate to "social question".

**Keywords:** State, Social Assistance; Social Work; state-owned area; private area;

### **1. INTRODUÇÃO**

Pretendemos pensar a política de Assistência Social hoje no Brasil, e os desafios que lhe são postos, entendendo a posição que o país ocupa no sistema de acumulação capitalista - periférica e dependente - em uma dinâmica econômica mundializada e financeirizada. Para entender o sucateamento profissional – expresso nas condições de trabalho e equipamentos - pelo qual passa esta política faz-se necessário compreender as “prioridades Estatais” principalmente após a década de 1990 no Brasil.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense.

E-mail: <sl.priscilaleite@gmail.com>

Prioridades que são definidas a partir da reestruturação do Estado brasileiro em prol do livre mercado. Estas mudanças trazem consequências para diversos âmbitos da vida social, inclusive ao cotidiano profissional. É conhecido através da história que a sociedade brasileira esperava transformações à favor da democracia, porém, o cenário que se tem é de limitação de direitos – muitos deles preconizados a partir de 1988 com a Constituição Federal.

Versaremos sobre a Assistência Social, reconhecida como política social neste momento histórico, a partir de vivências profissionais em espaços que a ofertam. O conteúdo aqui explicitado é fruto da experiência de trabalho na esfera privada e estatal. Trata-se do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado no bairro Amendoeira, em São Gonçalo; e do Remanso Fraterno – mantido pela Sociedade Espírita e Fraternidade (SEF)-, instituição de ensino e promoção social situado na esfera privada, em Niterói. Os dois estão situados em municípios da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Embora situados em esferas diferentes, há similaridades nos desafios e limites do exercício profissional.

Amparados por legislação específica, ambos realizam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>3</sup>, serviço da Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias - realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF).

Buscaremos compreender as similaridades e os problemas entre o setor público e privado e se os limites destes são partes do mesmo problema, percorrer mesmo que de maneira breve o caminho histórico para trazer

---

3O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. Possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários Definição encontrada em: (Acessado em 06/07/2018).

questões sobre o papel do estado e por fim trazer apontamentos sobre a disputa de projetos profissionais no interior categoria, trazendo elemento de qual é nossa defesa de projeto profissional e societário.

## **2. CRAS Amendoeira e o SCFV da Promoção Social do Remanso Fraternal: relatos de experiências.**

Esforçaremos-nos para realizar a reflexão acerca do seguinte problema: há similaridades entre os dilemas enfrentados no CRAS em questão e no Remanso Fraternal (SEF)? E ainda, estes problemas são parte das mesmas questões? Contudo, antes de adentrarmos ao aprofundamento destas questões, precisamos entender o que são estas instituições e como foram as experiências profissionais.

A Lei Orgânica da Assistência Social, em seu Art.6º C descreve o que é o equipamento CRAS e o tipo de serviço prestado às famílias e indivíduos que é o de proteção básica que “tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário” (LOAS, 1993). Constitui-se como a extensão estatal nos espaços territoriais para conhecimento e superação das desigualdades sociais, tal como preconiza a PNAS<sup>4</sup>.

Portanto, para tal finalidade, deve funcionar de forma articulada a outras políticas sociais, promover atividades aos usuários e oferecer acesso a programas do governo Federal (através do CadÚnico<sup>5</sup>). Presume-se que, deve

---

<sup>4</sup>O CRAS é a unidade de atendimento socioassistencial inserida em territórios de maior vulnerabilidade social, ofertando programas desenvolvidos pelo Governo Federal (através da inscrição no CadÚnico), Serviços de convivência para as diferentes usuários de acordo com o seu ciclo de vida (idosos, crianças, adolescentes e mulheres), busca ativa no território na intenção de identificar situações de vulnerabilidade social no território onde está inserido, orientação e acompanhamento às famílias e indivíduos através do Programa de Atendimento Integral às Famílias (PAIF), funciona como referência em relação a outras instituições por entrar em articulação com as mesmas com a finalidade de acesso dos usuários aos direitos sociais (PNAS, 2004; ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CRAS, 2009).

<sup>5</sup>Abreviação de Cadastro Único. Consiste em uma base nacional de dados das famílias do Brasil inteiro. É através dele que estas famílias têm acesso a programas/benefícios do Governo Federal, como o Bolsa-Família, por exemplo. E o equipamento responsável por este cadastramento é o CRAS. Para mais informações, acessar: <http://www.caixa.gov.br/cadastrados/cadastro-unico/Paginas/default.aspx> (acessado em 06/07/2018).

dispor de espaço e condições adequados para esta finalidade, segundo ressaltado na própria PNAS e nas Orientações Técnicas- CRAS<sup>6</sup>.

Referente ao CRAS que é objeto deste estudo, durante determinado período<sup>7</sup> pôde-se observar que as barreiras encontradas pelo Assistente Social para a execução das tarefas supracitadas eram as mais diversas que iam de falta de recursos materiais à precariedade nas relações trabalhistas (são exemplos: a desregulamentação de seus direitos enquanto trabalhador e atraso no salário).

Ao contrário do que é preconizado nas documentações, o ambiente no CRAS no bairro Amendoeira não favorecia o exercício profissional de qualidade. É cada vez mais exigido agilidade no atendimento ao usuário, resultando em contato superficial com a população usuária. A falta de equipamentos simples como telefone e computadores dificultava a realização das funções inerentes ao equipamento<sup>8</sup>, a fim direcionar o usuário para possível acesso a outras políticas.

Com a mudança na legislação, havia sobrecarga de trabalho para os profissionais, nesse sentido o equipamento se resumia apenas ao Cadastro Único, perdendo de vista suas outras funções<sup>9</sup>.

Os serviços de convivência e demais atividades voltadas aos usuários tinham como limitação o próprio espaço físico da casa. E além da saúde mental das profissionais ali inseridas, a saúde física era também comprometida: no próprio espaço havia obras – o espaço já estava vendido para outro proprietário, atendíamos em meio a barulho de máquinas e poeira. A realidade

---

<sup>6</sup>Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – divulgado em 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (hoje denominado Ministério do Desenvolvimento Social).

<sup>7</sup>Refere-se ao período de tempo em que uma das profissionais esteve inserida como Assistente Social no CRAS em questão que foi de Abril/2017 a Novembro/2017.

<sup>8</sup> De acordo com as Orientações Técnicas (2009) as funções são: a articulação com a rede socioassistencial, promoção da articulação intersetorial, busca ativa no território, produção de material socioeducativo, Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

<sup>9</sup> Tem-se como exemplo a mudança recente pela qual passou o Decreto nº 6.214, de 26 de Setembro de 2007 que regula o Benefício de Prestação Continuada. A partir deste ano (2017) todos os beneficiários terão que se cadastrar no CadÚnico para que continuem tendo acesso, entretanto, não foi realizada divulgação necessária para que idosos e pessoas com deficiência (ou seus responsáveis) pudessem se atualizar, significando desta forma corte em milhares de benefícios e sobrecarga de tarefa nos Centros de Referência – já que o Cadastro Único do Governo Federal só é realizado neste equipamento.

vivenciada no referido CRAS era ao avesso do que propunha as legislações. A saúde mental e física dos trabalhadores (e aqui a Assistente Social) e dos usuários era posta em risco.

Ao trabalhar na SEF (2014/2015) foi observada a movimentação de diversas entidades religiosas buscando se adequar à PNAS (2004) para continuar prestando serviços sociais e executar o SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, que é pautado pelo SUAS e referenciado ao PAIF – Programa de Atenção Integral a Família da Proteção Social Básica.

É importante entender como tem se dado a Intervenção das Organizações Não Governamentais no SCFV para crianças de Adolescentes de 6 a 15 anos. Além de buscar compreender esse movimento das entidades em permanecer respondendo a demandas sociais, agora como “parceira” do Estado. E ainda, quais têm sido os reflexos de tais mudanças no cotidiano profissional do assistente social e na oferta de serviços aos usuários.

No documento Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004 existe uma parte dedicada a apresentar como deve ser a Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e quais são as “Novas Bases para a Relação entre o Estado e a Sociedade Civil”. Dessa forma ele destaca que a Constituição Federal de 1988 prevê a participação das entidades beneficentes e de assistência social na execução e formulação de programas.

E ainda afirma que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e sociedade civil para garantir a proteção social, porém coloca a necessidade de o Estado assumir a primazia da responsabilidade e a necessidade da Sociedade civil ser colocada como parceira.

As Orientações Técnicas<sup>10</sup> do SCFV pautado pelo SUAS e situado na Proteção Social Básica (PSB) foram apresentadas pelo MDS em 2010, com objetivo de prevenir situações de risco. Isto representa a necessidade de garantir seguranças sociais de acolhida, de desenvolvimento e de convívio familiar e comunitário às crianças e adolescentes.

---

<sup>10</sup> (Acessado 06/07/2018).

Na experiência vivenciada foram observadas a presença de recursos, como por exemplo, automóvel próprio para realização de passeios com as crianças e adolescentes, uniformes para o grupo de SCFV, instalação em ótimo estado e em ambiente favorável, porém se percebeu também a pouca autonomia dos profissionais ao trabalhar com voluntários que contribuem para financiamento do serviço.

Os profissionais contratados se empenhavam em dar o caráter técnico ao trabalho, porém como o financiamento provém da esfera religiosa, as limitações na ação eram colocadas. A pouca comunicação com os CRAS em que os usuários estão referenciados e o julgamento moral também são barreiras colocadas pelo empregador.

## **2.1 Transformações dos espaços sociocupacionais da política de Assistência Social e implicações para o Serviço Social.**

A partir das experiências de trabalho supracitadas, entendemos que as precárias condições trabalhistas que atingem o assistente social em seu cotidiano profissional constituem-se como reflexo das transformações e exigências que são decorrentes do capital – o que implica mudanças na forma de intervenção estatal. O capital em seu atual estágio precisa manter o que já conquistou e assegurar aquilo que objetiva: lucrar cada vez mais; é imperativo manter as condições que o mantém vivo – a produção e também a sua reprodução social que são condições essenciais de sua existência.

Portanto, entendemos que a origem do Serviço Social foi condicionada pelas necessidades do desenvolvimento capitalista, em seu estágio monopolista. A partir da intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social foram dadas as condições propícias à profissionalização do Serviço Social, atuando nas políticas públicas.

Embora a Igreja Católica tenha importância singular, identidade que marca a gênese do Serviço Social foi no contexto de aceleração industrial aliado ao crescimento das classes sociais urbanas, que vão ser exigidas respostas do Estado e Empresariado às necessidades de reprodução social das classes trabalhadoras nas cidades. [...] Esse processo cria o espaço ocupacional para o Serviço Social emergir como profissão, no contexto que a questão social se põe como alvo de intervenção do Estado, por meio de políticas públicas (RAICHELLIS, 2009 p.380).

É instaurada a profissionalização do Serviço Social para formulação e implementação das políticas sociais (apesar da fragilidade e pouca efetividade). A dinâmica da conjuntura sociopolítica traz a necessidade do assistente social intervir no enfrentamento das múltiplas dimensões da “questão social”.

É importante ressaltar a participação de organismos privados, ao realizarem relações complementares ao Estado. Essas relações são conflituosas, colocam em confronto e em disputa necessidades, interesses e formas de representação de classes e de seus segmentos sociais.

Para tanto o Estado burguês servirá de suporte ao sistema de acumulação capitalista, ao produzir não só matéria, mas que reproduz determinada sociabilidade. O capital em seu auge não implica anulação das contradições, pelo contrário, as evidencia. Nesse sentido, o Estado abrange novas funções que consiga aliar objetivos econômicos aos políticos – dada pela ascensão de movimentos operários no cenário político, mostrando de certa forma que esta instituição não se constitui como um núcleo imutável, mas em disputa entre as classes fundamentais antagônicas.

O agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção do ideário neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha, como também no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofre o impacto das mudanças que atingem o exercício profissional RAICHELLIS (2009, p.382).

Contudo, um ponto é ter uma visão do que foi o Estado em determinado período em países da Europa ou Na America do Norte (onde se teve o *Welfare State* ou o *État Providence* como caminho de afirmação do capitalismo); outra visão é apreender a realidade brasileira onde vingou a ditadura militar (1964-1984) como meio de afirmação - e óbice a outras “ameaças”<sup>11</sup> - deste mesmo

---

<sup>11</sup> “Ameaças” que eram outras formas possíveis de sociedade, como o comunismo ou socialismo, por exemplo. A ditadura veio como um modo de assegurar que o comunismo e seus ideais não adentrassem o país. Seu presidente anterior (João Goulart – Jango) era tido como simpatizante desses ideais, por isso foi perseguido.

sistema, onde qualquer manifestação popular era rebatida de maneira repressiva<sup>12</sup>.

Desse modo, não podemos esquecer a história colonial brasileira e como se deu sua inserção no mercado capitalista mundial. Assumiu-se a contradição entre a estrutura agrária tradicional e imperialismo. O desenvolvimento da burguesia brasileira se deu a partir do aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente.

A relação do nosso país com outros de economia central constitui-se como uma relação de dependência, na qual os interesses destes devem estar conectados a interesses daqueles; e que deve cumprir o que eles demandam e se empenhar em eliminar obstáculos ao desenvolvimento econômico<sup>13</sup>. Nesse sentido, entende-se que as instituições que fogem a essa lógica são dadas como atrasadas e arcaicas com relação aos objetivos que se buscam alcançar no reordenamento do capital. Conforme apontou Osório (2014)

[...] cabe dizer que a 'precariedade' de algumas instituições e estruturas ou as 'deformações' presentes no mundo dependente não são um sinal de ausência de modernidade, mas, ao contrário, expressam a forma como estas regiões e sociedades [de periferia] se organizaram no campo econômico e político para responder às necessidades de exploração e de dominação, constitutivas da natureza desse sistema.

No Brasil, os movimentos que não fossem realizados pela burguesia eram reprimidos e as políticas eram centralizadas – no Estado, especialmente durante a ditadura, ou pela Igreja Católica; a efervescência desses movimentos se dá quando já se tem em vista o findar do período ditatorial na segunda metade da década de 1980.

Após este brevíssimo resgate histórico, cumpre-nos pensar a Assistência Social brasileira e o que o seu sucateamento representam no marco da sociedade brasileira. A Assistência Social somente foi reconhecida enquanto política no Brasil – com suas diretrizes e princípios inscritos na Carta

---

<sup>12</sup> Conforme Mandel (1982, p.338) antes a escassa ação do Estado na economia agora se expressa através de movimentos que usam da força para a entrada do capital e sua dominação. No caso brasileiro, o braço armado tomou conta de 1964 a 1984.

<sup>13</sup> Acredita-se que o Brasil enquanto país economicamente subdesenvolvido em vista aos outros de economias desenvolvidas, pode alcançar o status de país desenvolvido se cumprir o que instituições como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) determinarem. Desconsiderando, com isso, as relações sociais que se estabeleceram desde nossa formação histórica e que estão na base do sistema – pontuação feita de maneira geral sobre Estados dependentes em Osório (2014).

Magna – em 1988 e suas demais legislações<sup>14</sup> foram promulgadas a partir de 1990. A partir daí, os impasses são muitos (como veremos adiante) para que seja de fato um dever do Estado<sup>15</sup> e direito do cidadão.

Neste período,

A esfera da produção é palco de intensas transformações e reestruturações. Afirmam-se as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o fabuloso desenvolvimento tecnológico e informacional, que promovem intensas mudanças nos processos e relações de trabalho, gerando terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho, para criar apenas algumas das profundas mudanças em curso na esfera da produção e no mundo do trabalho (RAICHELLIS, 2009, p.382)

A nossa sociedade não teve tempo para experimentar a democracia de fato. Os novos tempos vividos pelo Brasil após 1990 são de alinhar-se ao que é ditado pelos países centrais através de suas instituições<sup>16</sup>. O neoliberalismo, que aqui ganhou força nesta década, dá novos contornos aos âmbitos: econômico, político, cultural e social – com relação a este último as respostas à “questão social” e às suas expressões também são modificados, tomando de certo um caráter focal, seletivo e que desconsidere o caráter coletivo da classe trabalhadora.

Para Iamamoto (2009) na atual conjuntura há tensões na forma de responder a “questão social”, podendo haver refilantropização e mercantilização das necessidades sociais. A mesma utiliza outras (os) autoras (es) para enfatizar esta afirmação:

As estratégias para responder à *questão social* têm sido tensionadas por projetos partidários e políticos-institucionais, que presidem a estruturação legal e a implementação das políticas sociais desde o final dos anos oitenta, e convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (OLIVEIRA; SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998 *apud* IAMAMOTO, 2009, p.357-358)

---

<sup>14</sup> Se ocupa na Constituição Federal sobre a Assistência Social os artigos nºs. 203 e 204, que aponta que a referida política deverá ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social. As demais legislações apontadas – para destacar aqui as de grande relevância - são a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993; a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) promulgada em 2004 onde são explicitados os eixos norteadores dessa política bem como princípios e diretrizes a serem seguidos; orientações técnicas aos CRAS, divulgada em 2009, contendo orientações de condução do trabalho às equipes desses equipamentos.

<sup>15</sup> Cabe pensar aqui: dever de que modalidade de qual Estado? Pois não há como conciliar igualdade com a forma de produção e reprodução no sistema capitalista.

<sup>16</sup> Que são o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

E ainda aponta para a reestruturação do aparelho estatal,

[...] a partir de meados dos anos noventa, na profunda reestruturação aparelho do Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo *Plano Diretor do Estado*, do Ministério de Administração e da Reforma do Estado (MARE), atropelando, no processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação da lógica orçamentária, a política social à política econômica e *subverte o preceito constitucional* (OLIVEIRA; SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998 *apud* IAMAMOTO, 2009 p.358-359).

De acordo com Montaño (2002), a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, implicitamente, o claro objetivo de justificar um novo trato à “questão social”; assim se há uma nova “questão social” é justo pensar na necessidade de uma nova forma e intervir nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a “questão social” continua inalterada, o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha “questão social”<sup>17</sup>.

Estas transformações e tensões atingem o cotidiano profissional de forma assustadora, em muitos casos causando o adoecimento do profissional de serviço social e inúmeras vezes causando situações de violência institucional ao usuário.

[...] o atual contexto da assistência social no Brasil. Ainda que o marco legal da Política de Assistência Social estabeleça a assistência como direito e destaque à ênfase sobre o preventivo, na realidade, essa política destina-se ao pauperismo, aos trabalhadores nos seus diferentes níveis (sobretudo os mais precários), estabelecendo claras condicionalidades para o uso do “benefício” que, em tese, deveria propiciar seu retorno ao “vasto” e “amplo” mercado de trabalho. Como parte da Seguridade Social brasileira, a assistência social adquire vida própria destacada de seus “parceiros” (a saúde e a previdência social), como política focal, em si mesma. Trata-se, na verdade, de política necessária, embora indigesta à burguesia e a seus

---

<sup>17</sup> A "expressão 'questão social', tem um histórico recente, começou a ser utilizada na terceira década do século XIX, surge para nomear o fenômeno do pauperismo. A pauperização da população trabalhadora é o resultado do capitalismo industrial e cresce da mesma maneira que aumentava a produção", segundo Netto (2001,p.42). Questão social é produto e expressão da contradição entre capital e trabalho. O complexo da questão social é um desafio histórico estrutural, que resulta das contradições concretas entre capital e trabalho, a partir do moderno processo de industrialização capitalista, tendo como determinantes o empobrecimento da classe trabalhadora, a consciência dessa classe e a luta política dessa classe contra seus opressores. Essa contradição é oriunda do desenvolvimento da sociedade, em que o homem tem acesso à cultura, natureza, ciência e às forças produtivas do trabalho social; e do outro lado, cresce a distância entre concentração/acumulação de capital e aumenta a miséria, a pauperização.

ensinamentos neoliberais, pois atende uma faixa da população que não está “excluída” e não será “incluída”, mas está, na verdade, permanentemente desapropriada como consequência direta da crise terminal do capital, em sua fase monopólio-financeira de inspiração toyotista, capital este que não mais deseja comprar a força de trabalho desses trabalhadores (exceto em condições muito especiais, precárias e temporárias). Então, nós assistente sociais, na divisão do trabalho social, temos que lidar com isso, com esse fardo que pesa sobre a profissão e os profissionais. O que significa isso para o assistente social? A ênfase da atuação profissional em programas focalizados de renda, ditos “socioeducativos” e “emancipadores da pessoa humana”, enquanto que o trabalho preventivo, com maiores possibilidades de criação, não possui a prioridade dos recursos investidos e não consome a maior parte do tempo dos assistentes sociais. Concretamente, isso quer dizer excesso de demanda para o profissional de Serviço Social, com ênfase em atividades destinadas a manter as pessoas vivas, marcadas por ações repetitivas, institucionais e imediatas. (SANT’ANA, R.S; SILVA, J.F.S DA, 2013, p. 195 – 196).

O que é exigido é que o Estado seja cada vez mais subsidiário do capital e de seus objetivos, cuidando - na parte social – daquela parcela que mais necessitar, dos que não tem alcance ao mercado. A tendência que se observa é: de cada vez mais fragmentar os trabalhadores – que por sua vez são usuários das políticas sociais; repassar para o restante sociedade (igreja ou organizações privadas) a responsabilidade que devia ser pública e o sucateamento de equipamentos públicos. E são desses pontos que trataremos a seguir. Fatos que se expressam através das condições de trabalho do Assistente Social: através de relações trabalhistas precarizadas, sucateamento de equipamentos e repasse dessas responsabilidades de caráter público (como observado a partir dos espaços ocupacionais que foram pontos de partida para a pesquisa).

As mudanças no papel do Estado refletem em metamorfoses no cenário profissional. Há redução nos postos governamentais, intensificação nos processos de subcontratação que acenam para o exercício profissional temporário, por tarefas, em funções das novas formas de gestão das políticas sociais.

Na política de assistência social, nos marcos da implantação em todo território nacional, do Sistema Único de Assistência Social – SUA, e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, verifica-se também a adoção, pelos estados e municípios, de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de empresas ou ONGs, na contratação de profissionais e na prestação de serviços socioassistenciais, configurando-se a ação indireta do Estado na produção dos serviços públicos (RAICHELIS, 2009, p. 383).

Todo este processo de terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho profissional. A relação construída com os usuários é implicada por descontinuidades, rompimento de vínculos, que causam descrédito da população com as políticas públicas.

Dessa maneira estamos experimentando também um processo de naturalização da pobreza e da realidade social, sendo esta inevitável, sendo necessárias apenas ações para minorá-las. Exclui-se então a noção de universalidade.

[...] outro movimento ocorrido durante os ajustes foi o de naturalização da pobreza e da realidade social, associado a individualização. A pobreza é vista como carências de capacidades e de poder dos pobres ou por falta de acesso a titularidades. Ora, ao atrelar sua existência à condição humana e não à estrutura societária, a pobreza caba por ser considerada inevitável, ou inerente ao funcionamento social. Assim o exercício da tarefa de legitimação de um pensamento consensual foi apresentar a pobreza como algo inevitável, por isso, o melhor para se conviver com ela são ações para minorá-la. (...) O padrão naturalizante não para por aí: além de imputar o sentido da política social como política de combate à pobreza e de colocar a pobreza no patamar individual de análise - trata de execrar a noção de universalidade, não apenas desqualificando-a, mas redimensionando os termos do debate, com a incorporação da noção de equidade. A o refutar a dimensão estrutural da análise, as políticas sociais de natureza universal são tomadas por ineficazes e dispendiosas, além de não terem efetividades, pois não alcançam os pobres (público-alvo prioritário). (MAURIEL, 2013, P112-113).

O capital cumpriu sua tarefa, mundializou-se e mercantilizou todas as esferas da vida. O capitalismo em sua forma madura exige dominar, cooptar e apassivar o proletariado. A classe trabalhadora e nela incluímos a categoria profissional de serviço social parece ter sido golpeado ao sistema econômico que apesar de suas crises está dominando corações e mentes.

Nessa condição de país dependente a dívida pública e a desigualdade social crescem em escala estratosférica. Os baixos custos de produção atraem investimentos do capital estrangeiro devido aos baixos salários e frágil ou falta de proteção trabalhista.

A partir de dados rendimento das famílias, a Cepal considera que a pobreza na América Latina e Caribe atinge 31,4% de pessoas, incluindo 12,3% de pessoas em situação de indigência. A redução, desde os anos de 1999, foi maior entre pessoas pobres (12,4 pontos percentuais) (Cepal, 2011a, p.11), o que mostra o imenso de pessoas que sobrevivem com rendimentos capazes apenas de assegurar o mínimo para alimentar-se e sobreviver. A heterogeneidade entre os países também se revela na condição de pobreza e indigência de sua população e mostra de modo inegável que não há uma relação direta

entre crescimento e redução de desigualdade. No âmbito da América Latina, o país que apresentava a situação mais grave em 2009 era o Paraguai, com 56% de pobres e , destes, 30,4% em situação de indigência, o que expressa a enorme contradição entre crescimento e pobreza, visto que este país foi o que apresentou o maior índice de crescimento, conforme apontado anteriormente. Dentre os países do Mercosul o Brasil apresenta o segundo maior índice de pobreza ( 24,9%) e indigência (7%), seguido pela Argentina (11,3% de pessoas pobres e 3,8% de pessoas em situação de indigência) e Uruguai ( 10,7% de pobres e somente 2% de indigentes) (Cepal, 2011<sup>a</sup>, p.13 apud BOSCHETTI, p.44-45)

Dados apontam que as pessoas vivem com rendimento mínimo para alimentar-se e sobreviverem. As políticas econômicas e sociais que geram leve aumento de rendimento não atacam as causas estruturais da desigualdade social e econômica que vivem os trabalhadores. Esses dados não revelam a barbárie cotidiana que a classe trabalhadora vivencia. Os programas de transferência de renda possuem um caráter de minimização da situação já instalada e não de prevenção. Sabemos que esses programas assumem a função de manter a coesão, integração e controle social sobre os pobres.

Na atual conjuntura a tendência é externalizar as respostas para as demandas sociais da ordem social para o âmbito imediato individual. As Políticas Sociais e no Brasil a concepção de Seguridade Social<sup>18</sup> foram acusadas como o motivo da crise capitalista em vigor e como resposta a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e reestruturação produtiva e reforma do Estado. Isto é, colocar em vigor o Projeto Neoliberal para reconstituição do mercado.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No âmbito do Serviço Social cada vez é maior a quantidade de governantes, empresários, ONGs, entidades sociais, que falam sobre a temática que antes era restrita ao debate profissional. As temáticas como “pobreza, cidadania, exclusão social” estão sendo “tratadas” de modo público. Tal ação nos impõe a necessidade do conhecimento crítico para trazer

---

<sup>18</sup> Art. 194. CF. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

conteúdos às políticas sociais para garantia de participação nos conselhos de direitos e de gestão de políticas sociais, fóruns, audiências públicas e etc.

É necessário também para cumprir o desafio de recuperar o trabalho de base junto à população,

Sem abandonar os espaços institucionais [...] é preciso extrapolá-los e combiná-los com outros mecanismos de ação coletiva, capazes de impulsionar a participação popular em múltiplos espaços onde possam manifestar suas visões, expectativas, necessidades e reivindicações (RAICHELIS, 2009, p. 389-390).

Cabe aqui salientar que a sociedade de classes está em constante disputa de projetos societários. A burguesia tem mantido mais condições nesta disputa por conta de todos os privilégios. A categoria profissional de serviço social tem resistido na luta em prol dos interesses da classe trabalhadora, mas todo corpo profissional é um campo de tensões e lutas. O projeto que conquista a hegemonia não é exclusivo, os projetos profissionais são estruturas dinâmicas. É necessário manter o corpo profissional organizado na defesa do atual projeto ético político.

A cruzada antidemocrática neoliberal do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo (...), é uma ameaça real à implementação do projeto profissional de Serviço Social. (...) É evidente que a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições atuais, que parecem e são tão adversas, dependem da vontade majoritária do corpo profissional- porém não só dela: também dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos. (NETTO. 2006, p. 158).

Todo o processo de ofensiva trouxeram a tona os efeitos do ajuste estrutural, da contrarreforma do Estado. Estes são profundamente impactantes nas políticas sociais, e por via de consequência na qualidade de vida dos trabalhadores, assim como o novo padrão de acumulação monopólica, aprofunda as desigualdades sociais.

Os governos Lula e Dilma (2002 -2016) não levaram adiante o compromisso com a classe trabalhadora que o Partido dos Trabalhadores preconizava. Os treze anos de mandatos foram de ataques, no sentido de convencimento da grande burguesia monopolista e apassivamento da população. Porém nesses últimos anos o cenário se desestabilizou, até mesmo porque este não é neutro. Pensar em levar a luta no interior do Estado burguês foi um grande problema.

Após o golpe de 2016 o governo Temer, que assumiu o posto do governo inconstitucionalmente interrompido, aplica-se a de forma rápida e profunda medidas exigidas pelo grande capital. Instrumentos de repressão e criminalização são tomados como “medidas de segurança”.

Nossa ação se chocará com instrumentos de repressão e criminalização dispostos que serão utilizados sem pudores pelo governo usurpador; além disso, também se encontrará com resistências conservadoras no campo imediato, respaldadas por dispositivos legais, o que implicará em, alterações em nossas formas de ação, formas organizativas e, certamente, medidas de segurança necessárias e inadiáveis (IASI, 2017, p. 434)

A estratégia democrática popular do Partido dos Trabalhadores foi abandonada, mas cabe aos setores um campo alternativo, o esforço para unificar e fortalecer a luta necessária contra os interesses de classe que move o atual governo.

Nesse grave momento no qual lutas difíceis se anunciam em um cenário muito menos favorável à luta dos trabalhadores e aos revolucionários também é o momento de gestação de novas formas. Como dizia Hegel (1997,p.26) ‘não é difícil ver que é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época’, tempo no qual o novo se forma lentamente, desmontando cada pedra e tijolo do edifício do mundo anterior [...]’. Não nos lamentemos pelos restos do velho mundo que desmoronou e nem percamos tempo com aqueles que, ainda iludidos, a ele se agarraram. Empenhem-nos em ser precursores de algo muito diverso do existente que se anuncia e que não virá em nossos esforços (IASI, 2017, p. 436-437).

Podemos perceber que no interior da categoria profissional há disputas de projetos societários. Cabe aos profissionais que defendem o atual projeto ético político a difícil tarefa disputa no interior na categoria para que não se perca toda criticidade alcançada. Apesar de inúmeras dificuldades cotidianas os profissionais da “ponta” e os estudantes ainda podem ser atingidos pelo conhecimento crítico. Precisamos ter em mente a precarização do serviço social está inserida na lógica de avanços da sociabilidade capitalista, sem combatê-la não haverá avanços.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Caixa Econômica Federal. Dispõe sobre o CadÚnico. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

Acesso em: 06 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.** Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm)

[2010/2007/decreto/d6214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm). Acesso em: 06 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras Providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm). Acesso em

06/07/2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete; América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: BEHRING, E; et al (Orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social.** São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.** Brasília, 2009. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos pra crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.** Disponível em:

<<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/fcd77625ea9a.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 06 jul. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em:

<<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. 2017.

MANDEL, Ernest. **O Estado na fase do capitalismo tardio**. In: Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MAURIEL Ana Paula Ornellas. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.11, n.31. p.97-117, 1 sem. 2013.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al (Org.) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez editora, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização. In: \_\_\_\_\_. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS (Org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acessa em: 20 jun. 2018.

SANT'ANA, R.S; SILVA, J.F.S da. O método na teoria Social de Marx: e o serviço social? **Revista Temporalis**, Brasília, ano 13, n.25, jan./jun. 2013.